Mordomia dos federais não (o) fica para trás

Deputados federais e senadores recebem Cz\$ 67.222,59 mensais. A diferença está apenas no auxílio-transporte: enquanto os carros oficiais da Câmara ficam reservados aos ocupantes de cargos especiais (líderes, presidentes de comissões), todos os 69 senadores têm à sua disposição um Opala e gasolina para "consumo normal em Brasília", isto é, sem limite determinado.

Os parlamentares também têm direito a apartamento funcional (quatro quartos, com aproximadamente 250 metros quadrados de área privada). Quem dispensar a mordomia, por residir nas proximidades de Brasília, pode optar por uma verba de Cz\$ 25 mil por mēs, para despesas com hotel. Todos têm franquia postal - de até Cz\$ 8 mil mensais - e telefônica, dentro de limites fixados segundo a distância do seu Estado (um parlamentar paulista, por exemplo, tem franquia telefônica de Cz\$ 7.673,75). Dispõe ainda de quatro passagens de avião por mês para seus Estados — uma delas via Rio de Janeiro, resquício da ligação com a antiga Capital Federal.

Satisfeitos? Absolutamente não. O deputado Paulo Mincarone, segundo vice-presidente da Câmara, considera essa "baixa remuneração" indigna da representação parlamentar, "inferior, mesmo com os auxílios suplementares, às dos ministros de Estado e à dos ministros dos tribunais superiores". E todos eles não têm nem de longe as despesas forçadas dos parlamentares, acredita Mincarone: "Para começar, temos de manter duas residências. Uma aqui, e outra em nossa cidade de origem. Temos de atender numerosas solicitacões do eleitorado. E temos, de quatro em quatro anos, de nos empenhar numa dispendiosa campanha eleitoral".

Levantamento feito pela Agência Estado com texto final de Arlete Salvador